**NIETZSCHE E A EDUCAÇÃO: REFLEXÕES PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Carlos César Macêdo Maciel

Universidade Federal do Amazonas. carlosmacielufam@gmail.com

Profª Drª Pérsida da Silva Ribeiro Miki

Universidade Federal do Amazonas. persidamiki@gmail.com

**RESUMO**

O presente artigo tem como finalidade refletir sobre o pensamento do filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844 – 1900) acerca da democracia, educação, política e gestão democrática. Esse ensaio é ainda exploratório e tenta delinear as ideias básicas do pensamento nietzschiano que poderão servir para enfrentamento analítico das políticas educacionais brasileiras e a gestão educacional democrática, tema de interesse da pesquisa de Mestrado em Educação e da linha de políticas públicas, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Amazonas.

**Palavras-chave:** Pensamento Nietzschiano. Educação. Democracia. Gestão Educacional.

**RÉSUMÉ**

Cet article vise à réfléchir sur la pensée du philosophe allemand Friedrich Nietzsche (1844 - 1900) sur la démocratie, l'éducation, la politique et la gestion démocratique. Cet essai est encore exploratoire et tente de délimiter les idées de base de la pensée nietzschéenne qui peuvent servir à analyser les politiques éducatives brésiliennes et la gestion démocratique de l'éducation, sujet d'intérêt pour la recherche en Master et en politique publique du programme de troisième cycle. -Licence en éducation, Université Fédérale d'Amazonas.

**Mots-clés**: Pensée nietzschéenne. Éducation. Démocratie. Gestion de l'éducation.

**INTRODUÇÃO**

Este artigo nasceu da pesquisa de mestrado em andamento que tem a necessidade de compreender o conceito de democracia no pensamento de Friedrich Nietzsche (1844 – 1900), seus fundamentos políticos, sociais e epistemológicos, correlacionado com as políticas educacionais e a gestão democrática. A filosofia de Nietzsche em suas análises sobre o poder intelectual humano centrou-se na radicalidade crítica da realidade. Esse fator foi expresso por Nietzsche em algumas obras: *Humano, demasiado humano; Além do Bem e do Mal; Escritos sobre Política;* e *O Anticristo.* Ele desafiou os preceitos da erudição alicerçados nas ideologias dogmático-religiosas e do ensino universitário, sobretudo o tipo de ensino que, ao invés de proporcionar autonomia no ato de pensar, se agarram a um puro formalismo. Para tanto, vivenciou a transformação do pensamento humano na segunda metade do século XIX, por meio do contato com intelectuais de sua época e em pesquisas realizadas nas Universidades de Baziléia, Bonn e Leipzig.

O debate sobre o sentido de democracia no pensamento de Nietzsche e suas contribuições críticas para a educação abre uma discussão em torno do futuro das instituições de ensino, da desconstrução do significado de democracia, política e igualdade, da disseminação do niilismo político, bem como da moral do ressentimento pedagógico e democrático. Dentro desses princípios, a gestão democrática é o interesse investigativo do mestrado à luz do pensamento de Nietzsche. São propositais os argumentos ora mencionados, a fim de situar, a construção política da gestão democrática dentro das políticas públicas educacionais e a crítica que se possa fazer a esta, tendo como base reflexiva o pensamento nietzschiano. Diante desse desafio, este artigo traz as primeiras reflexões investigativas sobre o pensamento de Nietzsche e suas correlações com a educação.

1. **EDUCAÇÃO, POLÍTICA E DEMOCRACIA**

Nietzsche é um dos pensadores da cultura com maior notoriedade, porém como bem interpreta Ansell-Pearson “Nietzsche é um pensador preocupado com o destino da política no mundo moderno” (1997, p. 18). Dessa maneira, acredita-se que a política não se configura como um assunto complementar nas obras de Nietzsche. No entanto, precisa-se considerar que as suas reflexões político-filosóficas podem ser encontradas, principalmente, na análise crítica aos princípios da moralidade moderna. A crítica sobre a cultura, seu crescimento e contradições, com início em *Humano, Demasiado* *Humano*, o discernimento reflexivo sobre os princípios morais consegue amplo predomínio e a crítica da moral começa a estabelecer o assunto central da filosofia nietzschiana.

A partir do exame do c*orpus* nietzschiano em seu conjunto, não hesito em afirmar que as reflexões de Nietzsche sobre as questões relativas ao poder não chegam a constituir uma teoria política acabada. Nietzsche não se apresenta como um teórico do poder no sentido estrito do termo; tampouco se quer um analista político. Nem por isso ele deixa de refletir sobre temas centrais da filosofia política assim como problemas candentes de sua época (MARTON, 2011, p. 19).

Para Nietzsche, a gênese da compreensão de Estado enquanto fomentador da harmonia entre as pessoas e da responsabilidade para com a vida é enormemente promotora do enfraquecimento do ser humano ante sua vicissitude de desenvolvimento de valores culturais. Ao requerer uma atenção direcionada para além da assistência à vida de todos os seres humanos que compõem a sociedade, de garantir proteção à existência, agradável e encantadora, Nietzsche confere importância à política em suas reflexões filosóficas.

Nietzsche observa o movimento democrático como resultado da tradição cristã e, em face disso, o interpreta como espelho de uma moral que alimenta gradativamente o “animal de rebanho”, e, assim, acontece a instabilidade e o decréscimo do ser humano. Ele responsabiliza os governos baseados na democracia de tornar prevalente o entendimento do governo como ferramenta da vontade do povo, e, desse modo, ser exemplo para os relacionamentos materiais e mercantis elaborados nas outras áreas da sociedade.

Nos escritos nietzschianos compreende-se que a sua crítica à democracia não era a respeito do sentido de acesso a melhores oportunidades, mas sim acerca da equiparação superficial e inferior de uma parcela significativa da população manipulada por um grupo pequeno de pessoas. Essa condição submissa, para Nietzsche, faz com que o surgimento de seres humanos superiores se torne inviável e imprudente.

Nietzsche defende que os indivíduos superiores devem assumir o governo, porém não refuta precisamente a democracia, mas sim as filosofias políticas que a favoreciam em detrimento da moral do ressentimento sobre a cultura. Essa interpretação, de caráter questionável, compreendida de maneira arbitrária, conduz até a convicção de que o filósofo tenha sustentado os fundamentos totalitários.

Normalmente a democracia é um modo de governo inquestionável, especialmente no que se refere à condição da igualdade entre os seres humanos. Porém, esta não condiz totalmente com a realidade e necessita ser pensada continuamente, o que significa ter uma postura de contra-discurso à democracia contemporânea.

1. **A FILOSOFIA POLÍTICA DE NIETZSCHE**

Ansell-Pearson (apud WOODWARD, 2016) argumenta que o interesse nietzschiano pelo indivíduo pode ser entendido, exclusivamente, sob o prisma político, pois se costuma confundir a compreensão de Nietzsche sobre o indivíduo com a noção liberal do indivíduo, ou seja, o indivíduo visto como um ser particular e/ou isolado, limitado a preceitos éticos para com o Estado, a sociedade e a cultura.

Anssell-Pearson comenta que Nietzsche criticou o liberalismo precisamente por ele conceber indivíduo dessa natureza, alguém interessado somente em seu desenvolvimento e interesse pessoais. O liberalismo corroeu a cultura compartilhada que dá sentido e valor à vida. Somente no âmago dessa realidade cultural é que podem ser adulterados os indivíduos com a perspicácia cultural que lhes é inerente. Os indivíduos necessitam possuir um relacionamento ético com o Estado para que seus impulsos criativos e interpretativos possam contribuir enormemente com o avanço da cultura ao longo dos anos (WOODWARD, 2016).

De acordo com Anssell-Pearson, o interesse de Nietzsche pelo assunto político da relação do indivíduo com o Estado é um caminho possível para conhecer e compreender uma parcela significativa de sua filosofia. Nietzsche demonstra interesse pelo desenvolvimento do cidadão baseado no modelo da Grécia antiga e não pelo desenvolvimento do indivíduo liberal moderno, como se pressupõe frequentemente (WOODWARD, 2016).

# ARISTOCRATISMO

Segundo Woodward (2016), Nietzsche não oferece um projeto, um conjunto de leis ou procedimentos de efetivação do modelo de sociedade aristocrática por ele assumida, porém delimita-se a pormenorizá-las. Em *O Anticristo*, Nietzsche comenta que:

A ordem das castas, a hierarquia, apenas formula a lei maior da própria vida, a separação dos três tipos é necessária para a conservação da sociedade, para possibilitar tipos mais elevados e supremos – a desigualdade dos direitos é a condição para que haja direitos. – Um direito é um privilégio. Cada qual tem, em sua espécie de ser, também seu privilégio [...]. Uma cultura elevada é uma pirâmide: pode erguer-se apenas num terreno amplo, tem por pressuposto, antes de tudo, uma mediocridade forte, sadiamente consolidada (2007, p. 57).

A citação supracitada apresenta como base o documento hindu acerca das castas denominado *Código de Manu[[1]](#footnote-1)*. Esse documento tem relação com *A República* de Platão que influenciou profundamente o pensamento nietzschiano. Sobre isso, Anssell-Pearson (1997) pondera que a organização política admirada por Nietzsche tem proximidade com a de Platão, ressalvando a premissa de que seus pensadores são preparados conforme o modelo dos artistas, e não como seres altamente instruídos.

Para Nietzsche, é necessária a existência da desigualdade e da exploração numa sociedade, pois essa condição torna possível a criação e o desenvolvimento de “homens superiores”, responsáveis pelo avanço cultural. Em *Humano, Demasiado Humano* comenta: “Uma civilização superior não pode surgir onde há duas castas distintas da sociedade; aquela dos trabalhadores e aquela dos ociosos, capazes de um verdadeiro ócio; ou, em termos mais fortes, a casta do trabalho forçado e a casta do trabalho livre” (NIETZSCHE, 2006, p. 242).

A exploração encontra-se intimamente relacionada à riqueza que produz inevitavelmente uma “aristocracia de raça”, uma vez que “permite escolher as mulheres mais belas, pagar os melhores professores, proporciona ao homem asseio, o tempo de exercitar seu corpo e sobretudo a possibilidade de evitar o trabalho físico e embrutecedor” (NIETZSCHE, 2006, p. 264). Nietzsche leva em consideração o peso da culpa que os senhores podem estar carregando em decorrência da exploração que exercem sobre outros indivíduos, e argumenta que há a possibilidade de libertar-se desse sentimento de culpa através de atitudes criativas. “A obrigação para com as massas exploradas precisa ser satisfeita pelos senhores através de sua diligência em realizar as atividades criativas facultadas pelas massas trabalhadoras” (WOODWARD, 2016, p. 174).

O aristocratismo transpassa a pura enunciação teórica, pois Nietzsche relaciona-se com modelos históricos aristocráticos. Sobre isso, Marton (2006) afirma:

Que Nietzsche tome a defesa do aristocratismo contra o ideal gregário, fica evidente quando se percorre os seus textos. Contudo, a aristocracia de que fala não é somente fruto de elaboração teórica; em diferentes épocas históricas, supõe encontrá-la. O homem nobre a que se refere não se reduz a mero conceito; em contextos muito precisos, acredita deparar-se com ele. Julga que existiu nos séculos XVII e XVIII com a nobreza francesa, no Renascimento com a comunidade aristocrática de Veneza e sobretudo na Antiga Grécia com a aristocracia guerreira. Lançando mão dos estudos históricos, o filósofo, sem dúvida, toma partido por um tipo determinado de organização social. Mas não é simplesmente para isso que recorre à história e, sim, para enriquecer a sua crítica dos valores (MARTON, 2011, p. 25 – 26).

Entende-se que Nietzsche estabelece a prerrogativa de exploração não somente fundamentada em interesses objetivos de engrandecer o homem superior, mas também sob a ótica da interpretação naturalista dos processos substanciais enquanto processos de exploração. Em *Além do Bem e do Mal*, escreve que a aristocracia “aceita, em decorrência, de coração leve, o sacrifício de uma multidão de homens que, *por causa dela*, devem ser reduzidos e rebaixados ao estado de homens incompletos, de escravos e instrumentos” (NIETZSCHE, 2008, p. 184).

No livro *Escritos sobre Política*, Nietzsche (2007) escreve que toda ascensão do modelo “homem” foi, até o presente momento, trabalho de uma sociedade aristocrática, e assim continuará sendo. Esta ascensão, em outros termos, foi o resultado de uma sociedade hierárquica que crê numa enorme sequência de hierarquias e diversidade de valor entre um ser humano e outro e que necessita de modelo escravocrata qualquer.

Sem a vontade apaixonada do distanciamento, que aumenta a diferença inflexível entre as classes, a percepção excelsa da casta soberana em relação aos seus vassalos, a sua prática ininterrupta do comando, o seu talento de permanecer superior e longe da grande massa, não se consegue enxergar como nasceria aquela outra paixão incompreensível que busca sempre ampliar a diferença no âmago do próprio espírito, arquitetar circunstâncias cada vez mais grandiosas, mais excepcionais, mais longínquas, imensuráveis e de um assunto mais abundante.

1. **LIBERALISMO**

Ansell-Pearson (1997 apud WOODWARD, 2016) nota como se compreende, com frequência, a filosofia nietzschiana enquanto uma filosofia coadunável com o interesse liberal por realçar a liberdade e autorrealização do sujeito, um princípio que vai de encontro à vida comunitária do *rebanho*, assim como em relação a partidos e organizações políticas. Porém, como argumenta Ansell-Pearson, esta não é a situação. Com ressalva de sua assistência ao Partido Nacional-liberal nas eleições de 1866, Nietzsche assumiu uma atitude fortemente crítica acerca do liberalismo.

Os impasses nietzschianos sobre o liberalismo podem ser resumidos da seguinte maneira: a) os princípios eminentes do liberalismo europeu foram adulterados pelo nacionalismo; b) quando examinado de maneira histórica, o andamento do liberalismo filosófico precisa ser analisado como indissociável do liberalismo econômico; c) o liberalismo descansa sobre um pensamento imaterial e a-histórico do egoísmo e sua consumação (ANSELL-PEARSON, 1997).

Para Nietzsche é essencial que o ser humano possua um relacionamento ético com o Estado: efetiva contribuição com a vida pública e com o contínuo crescimento da cultura. Somente por meio desse relacionamento com a vida pública é que se torna relevante a proposição nietzschiana de que os modelos superiores legitimam a permanência e o desenvolvimento da comunidade humana. Quem sabe de modo incompatível, apesar de Nietzsche entender que a vida dos homens encontre fundamento tão somente devido aos tipos superiores, a relevância desses tipos descansa em sua capacidade de estabelecer significado e relevância para as grandes concentrações de pessoas (ANSELL-PEARSON, 1997).

A discordância primária de Nietzsche em relação ao liberalismo é que este fomenta um conhecimento particular do sujeito, conhecimento este com sentido negativo quanto ao Estado e cultura. “Direitos protegem a liberdade privada do indivíduo diante das demandas do Estado, minando a noção de uma obrigação ética do indivíduo para com o Estado e a cultura” (WOODWARD, 2016, p. 181).

Sob a ótica nietzschiana, nem o Estado, tampouco seus cidadãos vivem para si próprios, pois “é nos seus cumes, nos grandes ‘indivíduos’, nos santos e nos artistas que se encontra o fim visado, que não está portanto nem adiante nem atrás de nós, mas fora do tempo” (NIETZSCHE, 2007, p. 135).

O *nacionalismo* contamina todo e qualquer pensamento benéfico presumível do liberalismo, pois ele pretende suceder a cultura verdadeira de uma sociedade por uma percepção de união autóctone determinada por uma força governamental e pelo poder dos militares. O *liberalismo econômico* colabora para o fracionamento social ao oferecer uma significância em demasia aos direitos de propriedade dos sujeitos, mediando também os vínculos comunitários através de operações especulativas de cunho econômico, sendo que os únicos princípios em funcionamento são os princípios econômicos. Além disso, segundo Nietzsche o *liberalismo moderno* descansa sobre um pensamento especulativo e a-histórico do sujeito que tem necessidade de ser impugnada tendo em vista a manifestação das verdadeiras diferenças de hierarquia, as quais são importantes a uma cultura vigorosa (WOODWARD, 2016).

1. **DEMOCRACIA**

Nietzsche foi considerado um crítico severo da democracia na primeira e última fase de sua vida derradeira, porém a resguardou em algumas de suas obras de suma importância acadêmica. Houve, e ainda há uma grande quantidade de comentadores do pensamento nietzschiano que procurou uma defesa nietzschiana da democracia. Teoricamente, esses comentadores indicam que há uma desarmonia entre a política nietzschiana e sua filosofia, bem como que princípios de sua filosofia venham a ser empregados na proteção de uma teoria política democrática.

Levando em conta as explicações realizadas outrora acerca da defesa de Nietzsche referente ao aristocratismo e de sua contraposição ao socialismo e ao liberalismo, segundo Woodward (2016), o razão do filósofo alemão em criticar a democracia já poderia se encontrar esclarecida. Nietzsche apresenta oposição à igualdade entre os homens, frequentemente memorada na proteção democrática, por acreditar na desigualdade espontânea dos indivíduos, acreditando também que a sociedade necessita ser organizada de maneira a espelhar essas desigualdades para possibilitar, dessa forma, o surgimento de modelos superiores. Nietzsche defende a permanência da exploração e da servidão, ambas acometidas pelo ordenamento democrático de poder, conforme este torna possível às classes menos favorecidas o engajamento nas tomadas de decisões políticas. Provavelmente de maneira mais relevante, Nietzsche se contrapõe às consequências igualitárias que o poder do Estado provocaria na política e na cultura de maneira geral.

No entanto, de acordo com Woodward (2016), em *Humano, Demasiado Humano* e *O viajante e sua sombra*, Nietzsche assume uma compreensão mais otimista sobre a democracia. Ele aparenta presumir que a democracia não corresponde de forma necessária a um mau presságio sobre uma cultura inabalável, considerando os direitos dos cidadãos de estabelecerem sua própria vida e o poder governamental, com influências sobre as gerações vindouras. Nietzsche escreve:

[...] se agora em toda a política se trata de tornar a vida suportável ao maior número possível, então é questão que esse maior número possível possa ao menos definir também o que entende por vida suportável: se achar que tem inteligência suficiente para encontrar igualmente os meios apropriados a esse fim, que adiantaria duvidar disso? (NIETZSCHE, 2006, p. 241).

Contudo, Nietzsche mostra cautela necessária para perceber que a política e a cultura precisam manter-se, de certa forma, “duas esferas distintas, de modo que o ‘populismo’ que governa a política democrática não seja expandido até a cultura, impedindo, dessa forma, que os tipos superiores floresçam” (WOODWARD, 2016, p. 185). Em *O viajante e sua sombra*, nos aforismos 275 e 292, respectivamente, Nietzsche comenta que:

Parece que a democratização da Europa seja um anel na corrente dessas enormes *medidas profiláticas* que são a ideia dos novos tempos e nos separam da Idade Média. Somente agora é que estamos no tempo das construções ciclópicas! Enfim, possuímos a segurança dos fundamentos que vai permitir ao futuro construir sem perigo! A partir de então, é impossível que os campos da civilização sejam destruídos, numa única noite, pelas águas selvagens e estúpidas da montanha. Temos fortificações e muros de proteção contra os bárbaros, contra as epidemias, contra a *escravidão corporal e intelectual!* [...]

Todas as potências políticas tentam agora, para se fortificar, explorar o medo do socialismo. A longo prazo, porém, somente a democracia pode tirar proveito desse estado de coisas, pois, *todos* os partidos estão agora na necessidade de bajular o “povo” e lhe conceder alívio e liberdades de todo tipo para que o povo acabe por se tornar onipotente. [...] O resultado prático dessa democratização, que vai sempre crescendo, será em primeiro lugar a criação de uma união dos povos europeus, na qual cada país determinado segundo oportunidades geográficas ocupará a situação de uma região e possuirá seus direitos peculiares: em pouca conta serão tidas então as lembranças históricas dos povos, tais como existiram até o presente, porque o senso de piedade que envolve essas lembranças será aos poucos erradicado de cima para baixo, sob o reinado do princípio democrático, ávidos de inovações e de experiências (NIETZSCHE, 2007, p. 128,137,138).

Nietzsche defende uma democracia vindoura capaz de superar as polaridades de riqueza e poder e que, aguarda, irá tornar anacrônico o que reputa as duas mais ameaçadoras linhas do pensamento ideológico da modernidade, o nacionalismo e o socialismo. A democracia, acredita, tem como finalidade conceber e assegurar amplamente a autonomia além das suas possibilidades: liberdade de expressão do pensamento, de forma de vida e de trabalho. No entanto, para conseguir esse propósito necessita eliminar os três principais adversários da liberdade que proporciona: os partidos políticos, os desfavorecidos e a classe proprietária capitalista (ANSELL-PEARSON, 1997).

Nietzsche também garante uma política trabalhista explicitada, a qual assegurará aos trabalhadores maior seguridade, defesa contra os comportamentos injustos e a resguardo. Assim sendo, “garantir o contentamento do corpo e da alma do trabalhador assegurará que sua prosperidade seja também a prosperidade do todo social” (ANSELL-PEARSON, 1997, p. 105). Para reafirmar esse entendimento, Nietzsche comenta que a exploração do trabalho era,

como nos damos conta hoje, uma asneira, um roubo em detrimento do futuro, um perigo para a sociedade. Agora, já chegamos quase à guerra; e, em todos os casos, os custos empenhados para conservar a paz, concluir tradados e inspirar confiança serão extremamente elevados, porquanto a loucura dos exploradores foi muito grande de duração (NIETZSCHE, 2007, p. 136).

A concepção nietzschiana se harmoniza bem ao ideal democrático enquanto um ininterrupto “‘vir’, sempre algo que estamos em direção a e para o qual as relações agonísticas entre nós não são algo para ser lamentavelmente suportado, mas são, de fato, o único meio pelo qual nos tornaremos aptos a nos engajarmos em práticas políticas democráticas” (SCHRIFT, 1999, p. 19). Sob o ponto de vista dessa premissa política, dentre os autores contemporâneos que interpretam o pensamento político nietzschiano positivamente encontra-se Lawrence Hatab, ao lado de Daniel W. Conway.

Em seu livro intitulado *A Nietzschean Defense of Democracy: An Experiment in Postmodern Politics*, Hatab (1995) argumenta que independente de quais concepções políticas Nietzsche tenha verdadeiramente defendido, o filósofo poderia escolher a democracia ao invés de qualquer outro pensamento político, iniciativa professada consoante à essência de seu próprio pensamento. Hatab tenciona desmontar a concepção política nietzschiana ao apresentar que existem assuntos de suma importância em seus livros que esmorecem sua objeção à democracia. Na prática, esses assuntos podem ser impulsionados a uma proteção teórica da democracia.

Os pensamentos de Nietzsche que defendem a democracia são os seguintes: a) a estima nietzschiana pelo *agon* (conflito) do grego antigo e a função que a competição empreende em sua concepção; b) a crítica nietzschiana em relação aos estabelecimentos da veracidade e sua proteção do perspectivismo; c) a desconfiança de Nietzsche de explicações intelectuais e éticas para o comando e a dominação (HATAB, 1995).

Sobre o primeiro assunto, Hatab propõe que a concepção grega de *agon* professada por Nietzsche propicia uma sustentação para a possível democracia à concepção de igualdade. “Hatab sugere que a ideia de igualdade, baseada na identidade das pessoas, está em descompasso com o pensamento moderno sobre a *diferença* como a base para a justiça” (WOODWARD, 2016, p. 187). Além disso, Hatab justifica que a concepção de Nietzsche sobre o agonismo pode, dessa forma, oferecer uma sustentação possível, e mais prudente, para que cada cidadão possa viver a democracia de maneira efetiva, gozando dos seus resultados benéficos.

Sobre o segundo assunto, Hatab comenta que o perspectivismo nietzschiano simboliza um desimpedimento democrático, uma vez que a rejeição a uma verdade plena ou imutável deixa-nos com uma diversidade de pensamentos conflitantes. No campo político, no momento em que decisões necessitam ser tomadas no bojo dessa diversidade de pensamentos (em constante transformação), as formas da democracia se configuram como pertinentes e assaz contemporâneas, longe da mera superficialidade política.

Sobre o terceiro assunto, Hatab percebe que, ao logo da história, os governos imperativos resguardaram sua imunidade quanto à hegemonia e ao domínio absoluto por meio de estabelecidas ambições científicas sobre o mundo e a composição dos acontecimentos. Pautado na extensiva desconfiança e pessimismo nietzschianos a respeito de qualquer estabelecida ambição de saber, “Hatab defende que seu pensamento deveria levar mais naturalmente a uma *recusa*, não a uma defesa de sistemas políticos hierárquicos” (WOODWARD, 2016, p. 187 – 188). Essa desconfiança e pessimismo a respeito de qualquer ambição que fundamentasse uma aristocracia socialmente influente, Hatab defende que poderia conduzir à diversidade e à desobstrução de uma organização da democracia.

Podemos compreender que a democracia é ressignificada enquanto uma concorrência ininterrupta e que não possui justificação alguma. Essa concorrência vale ressaltar, compreende que a igualdade não tem importância. De acordo Hatab, esse esboço de adequação de Nietzsche para a democracia não funciona somente como uma análise interpretativa da obra do pensador alemão, porém, do mesmo modo, condiz ao resguardo filosófico da liberdade democrática imerso no contexto da pós-modernidade.

Em seu livro *Nietzsche contra a Democracia*, Fredrick Appel (1999) desenvolve uma pergunta aguda para os pesquisadores que pretendem relacionar positivamente Nietzsche com a democracia. Essa pergunta salienta a importância da filosofia política nietzschiana e sua investigação. Appel indaga: Por que importar-se em “democratizar” Nietzsche enquanto podemos aprender tanto de outros pensadores políticos que advogam de forma nítida em favor dos valores democráticos? Bruce Detwiller (1990) sugere uma resposta a essa indagação. Para ele, Nietzsche é um pensador político amplamente admirável por analisar inúmeros assuntos elementares da filosofia política corrente, os quais não são questionados por outros filósofos políticos contemporâneos ou não a ele. Segundo Detwiller, a problematização que Nietzsche realiza acerca desses assuntos tem muito a nos ensinar em decorrência dos resultados que ele mesmo absorve.

Entende-se que a democracia tem como finalidade conceber e assegurar a autonomia para a maior quantidade presumível de seres humanos, liberdade de expressar as próprias ideias. Para alcançar essa finalidade, “é necessário contestar o direito ao voto tanto daqueles que não possuem absolutamente nada como daqueles que são verdadeiramente ricos, pois, são essas duas classes de homens que não poderia tolerar [...]” (NIETZSCHE, 2007, p. 138 – 139). Da mesma forma, considera-se importante que se inviabilize tudo aquilo que aparente aproximar-se da estrutura partidária, pois “os três grandes inimigos da independência, nesse tríplice ponto de vista, são o pobre, o rico e os partidos” (NIETZSCHE, 2007, p. 139).

Para Nietzsche, os princípios democráticos compõem uma realidade que ainda subsistirá em anos vindouros. Segundo o pensador alemão, “o que chamados hoje de democracia se distingue somente das velhas formas de governo por ‘novos cavalos’: as estradas continuam as mesmas do passado e as rodas da carruagem também” (NIETZSCHE, 2007, p. 139).

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os estudos sobre o pensamento de Nietzsche ainda são exploratórios no campo dessa investigação, porém conclui-se que Nietzsche considerava a era moderna a conclusão da incivilidade, que ocasionava consequências no âmbito educacional e, assim, mantinha os alunos na ausência de conhecimento sobre assuntos filosóficos relacionados ao verdadeiro fundamento da realidade humana, fomentando o comodismo.

A concepção de estado liberal, tendo a democracia e a educação como seus pilares, assim como a gestão democrática, precisam ser aprofundados para que se possa analisar tais organizações frente ao pensamento em Nietzsche. Com isso, reabre-se uma discussão em torno das políticas educacionais, e da desconstrução do significado de democracia, política e igualdade.

**REFERÊNCIAS**

ANSELL-PEARSON, Keith. **Nietzsche como pensador político:** uma introdução. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1997.

APPEL, Fredrick. **Nietzsche contra Democracy.** Ithaca, NY: Cornell University Press, 1999.

DETWILLER, Bruce. **Nietzsche and the Politics of Aristocratic Radicalism.** Chicago, IL: University of Chicago, 1990.

HATAB, Lawrence. **A nietzschean defense of democracy:** an experiment in postmodern politics. Chicago, IL: Open Court, 1995.

MARTON, Scarlett. **Nietzsche e a crítica da democracia.** Dissertatio, p. 17 – 33, 2011.

NIETZSCHE, Friedrich. **O Anticristo.** São Paulo – SP, Editora Escala, 2007.

\_\_\_\_\_\_. **Além do bem e do mal.** São Paulo – SP, Editora Escala, 2008.

\_\_\_\_\_\_. **Escritos sobre política.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2007.

\_\_\_\_\_\_. **O viajante e sua sombra.** São Paulo – SP, Editora Escala, 2007.

\_\_\_\_\_\_. **Humano, demasiado humano.** São Paulo – SP, Editora Escala, 2006.

SCHRIFT, Alan D. A disputa de Nietzsche: Nietzsche e as guerras culturais. **Cadernos Nietzsche,** p. 3 – 26, 1999.

WOODWARD, Ashley. **Nietzscheanismo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

1. Código de Manu: o mais importante dos tratados jurídico-morais hindus, atribuído ao próprio Manu, filho do deus Brahma e pai da raça humana. [↑](#footnote-ref-1)